



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO - UFERSA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PROPPG
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA - NEaD
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ATENDIMENTO EDUCACIONAL
ESPECIALIZADO - AEE

JOÃO CLÉCIO DE SOUSA HOLANDA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE
DOS PROJETOS PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFERSA**

MOSSORÓ

2024

JOÃO CLÉCIO DE SOUSA HOLANDA

**FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE
DOS PROJETOS PEDAGÓGICO DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFERSA**

Artigo apresentado ao Curso de Especialização *Lato Sensu* em Atendimento Educacional Especializado (AEE) do Núcleo de Educação a Distância (NEaD) da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) como requisito para obtenção do título de especialista em AEE.

Orientadora: Profa. Ma. Francisca Monteiro da Silva.

MOSSORÓ

2024

RESUMO

A criação de um ambiente educacional inclusivo depende de diversos fatores, como condições de trabalho dos docentes, infraestrutura escolar, democratização dos ambientes escolares, políticas públicas adequadas, materiais didáticos específicos e formação de profissionais em Educação Especial. Neste sentido, o artigo objetivou descrever como os cursos de licenciatura da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) têm se organizado quanto à oferta de disciplinas e temáticas relacionadas à educação especial em sua estrutura curricular a partir da análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs). Quanto aos aspectos metodológicos, classifica-se como exploratório e descritivo e quanto à abordagem, qualitativo. Em relação aos procedimentos técnicos e meios de investigação trata-se de uma pesquisa documental, que se utilizou da análise de PPCs, matrizes curriculares e ementários dos componentes curriculares de 10 cursos de licenciatura da UFERSA, os quais foram submetidos à técnica de análise documental. Os resultados demonstram que nos cursos investigados a Educação Especial está presente em todos os cursos, tanto em caráter obrigatório como optativo e ainda, em disciplinas afins, evidenciando ainda que não há indicativos de projetos de pesquisa e/ou extensão que contemplem a temática.

Palavras-chave: Educação Especial. Formação de professores. Inclusão. Licenciaturas.

ABSTRACT

The creation of an inclusive educational environment depends on a number of factors, such as teachers' working conditions, school infrastructure, democratization of school environments, appropriate public policies, specific teaching materials and the training of professionals in Special Education. With this in mind, the article aims to describe how the degree courses at the Federal Rural University of the Semi-Arid (UFERSA) have organized themselves in terms of offering subjects and themes related to special education in their curricular structure, based on an analysis of the Pedagogical Course Projects (PPCs). The methodological aspects of this study are exploratory and descriptive, and the approach is qualitative. In terms of technical procedures and means of investigation, this is a documentary study, which used the analysis of the PPCs, curricular matrices and syllabuses of the curricular components of 10 undergraduate courses at UFERSA, which were submitted to the documentary analysis technique. The results show that Special Education is present in all the courses investigated, both as a compulsory and optional subject, as well as in related disciplines, and that there are no indications of research and/or extension projects that address the issue.

Keywords: Special education. Teacher training. Inclusion. Degree courses.

1 INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino regular exige uma abordagem especializada para garantir a educação de qualidade e promover a diversidade e equidade escolar. A eficácia dessa inclusão depende primordialmente da formação e capacitação dos profissionais da educação, essenciais para adaptar as práticas pedagógicas às necessidades individuais e assegurar um ambiente de aprendizado inclusivo e acessível.

De acordo com Silva e Garcez (2019), parte dos alunos com necessidades educativas especiais ainda estão ausentes da escola, não só dos seus muros, mas do processo educativo em si. É verdade que existem muitas leis que garantem os direitos das pessoas com deficiência. Porém, percebe-se que não evoluíram para políticas públicas de educação com abrangência e eficiência suficientes para garantir verdadeiramente a inclusão no processo educativo.

Nesse contexto, nota-se que a inclusão educacional tem sido uma preocupação global há diversas décadas, impulsionada a partir da Declaração de Salamanca¹ (1994) no qual foi fruto da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, realizada na Espanha e foi fundamental para a promoção de políticas educacionais inclusivas, defendendo que todas as crianças, independentemente de suas diferenças ou deficiências, tenham acesso a uma educação de qualidade em escolas regulares. A partir dessa declaração, muitos países passaram a adotar políticas e práticas que incluem suporte adicional para alunos com necessidades especiais, formação de professores para lidar com a diversidade e adaptação das escolas e currículos para garantir acessibilidade a todos os estudantes.

No Brasil, normativas como as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9394/96 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (PNEEPEI), ganharam força gradualmente, por estabelecerem o direito de todos à educação, garantindo a possibilidade de acesso às pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação à escola comum (Brasil, 1996; Brasil, 2008).

Com isso, a partir da PNEEPEI e da Portaria Ministerial nº 13/2007, reassegurou a prestação de serviços especializados aos alunos com deficiência por meio das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) e a implementação das salas de recursos multifuncionais, a qual foi destinada para dar suporte técnico e financeiro ao sistema de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos alunos com deficiência. As salas de AEE têm o objetivo de garantir o acesso ao ensino regular em igualdade de

¹ A Declaração de Salamanca é uma resolução das Nações Unidas que trata dos princípios, política e prática em educação especial. Adotada em Assembleia Geral, assinada por 92 governos e 25 organizações internacionais, apresenta os procedimentos-padrões das Nações Unidas para a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência.

condições com os demais alunos e oferecem um serviço de apoio complementar ou suplementar à escolarização em classe comum, podendo ser ofertado no contra turno (Viana; Teixeira, 2019). É importante salientar que a complementação curricular se apresenta como uma abordagem para que os alunos tenham acesso ao currículo com as adaptações e recursos especializados necessários (Matos, 2022).

Apesar dos instrumentos legais objetivarem o pleno exercício dos direitos humanos das pessoas com deficiência e assegurar que gozem de plena igualdade perante a lei, os cotidianos escolares ainda configuram espaços não inclusivos, onde, na maioria das vezes, encontram-se adaptações razoáveis para minimamente aparentar observância às legislações em vigor (Roldi, 2023). Rabelo e Vasconcelos (2020) salientam que o processo de inclusão se desenrola a partir dos desafios enfrentados pelo professor em sala de aula. A forma como lida com essas dificuldades e encontra meios de se comunicar e apoiar o aluno é crucial, uma vez que o professor se depara com a novidade desse modelo, e o tempo disponível para sua preparação muitas vezes é insuficiente.

Dessa forma, é essencial que a formação inicial e continuada dos docentes seja embasada em um Projeto Pedagógico de Curso (PPC) que aborde o direito à educação das pessoas com deficiência, a fim de ampliar a compreensão sobre a inclusão escolar nas escolas regulares. Isso implica a necessidade de desenvolver práticas pedagógicas que permitam a participação e o aprendizado de todos (as), superando o modelo de educação especial que ainda se baseia em acomodações, flexibilizações e adaptações individuais dos currículos e espaços escolares para estudantes com deficiência (Roldi, 2023).

Posto isso, sabendo-se que a criação de um ambiente educacional inclusivo depende de diversos fatores, incluindo as condições de trabalho dos docentes, a infraestrutura e materiais disponíveis nas escolas, a democratização dos ambientes escolares, a implementação de políticas públicas adequadas, a disponibilidade de material didático específico e, especialmente, a formação de profissionais em Educação Especial, problematiza-se: **Como os cursos de licenciatura da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) têm organizado seus currículos para prepararem os futuros professores para atuarem na educação especial?**

O presente estudo tem como objetivo descrever como os cursos de licenciatura da UFERSA têm se organizado quanto à oferta de disciplinas e temáticas relacionadas à educação especial em sua estrutura curricular a partir da análise dos Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs).

Esse estudo se justifica a partir do intuito em refletir sobre as condições formativas de futuros professores com relação aos alunos público-alvo da educação especial, discutindo se tal abordagem atende ao previsto na legislação e corrobora a formação de professores numa perspectiva inclusiva. Essa compreensão é significativa, pois, além da possibilidade de colaborar com o desenvolvimento curricular subsequente, destaca discussões que podem contribuir com os atuais fundamentos e fazeres da instrução pedagógica na formação inicial, que influenciarão a futura atuação docente inclusiva.

2 POLÍTICAS EDUCACIONAIS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES

No Brasil, os estudos e as políticas públicas voltadas para a educação especial/inclusiva são relativamente recentes, ganhando destaque apenas a partir da segunda metade do século XX. Foi nesse período que documentos normativos começaram a referenciar essa modalidade educacional, resultando em ações que provocaram mudanças significativas. Essas mudanças marcaram uma ruptura com a atitude de benevolência, adotando uma posição política centrada na garantia dos direitos e no acesso à cidadania das pessoas com necessidades especiais (Oliveira; Amaral, 2004).

Nesse contexto, a Constituição da República Federativa (1988) garante o direito universal à educação escolar a todos os residentes no país, independentemente de sua renda. No entanto, a criação de um ambiente educacional inclusivo, conforme os princípios constitucionais é um desafio cotidiano. A inclusão social e escolar é essencial para garantir os direitos de aprendizagem de todos, incluindo pessoas com deficiência, promovendo um ambiente em que as diferenças contribuam para o crescimento coletivo. Para isso, é necessário romper com métodos tradicionais de ensino e criar condições que realmente assegurem o direito de aprender a todos.

Considerada uma das principais políticas voltadas à Educação Especial, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), lançada em 2008, define a Educação Especial como uma modalidade de educação escolar voltada para Pessoas com Deficiências (PCD), Transtorno do Espectro Autista e Altas Habilidades/Superdotação. Esse modelo de ensino tem como objetivo fornecer recursos e serviços que assegurem uma educação igualitária e inclusiva. Para isso, desenvolve tecnologias assistivas através de serviços de apoio especializado e produz materiais didáticos adequados e adaptados aos alunos. A educação especial deve ser oferecida, preferencialmente,

em escolas regulares inclusivas e, para os alunos que não se beneficiam das classes comuns, em classes e escolas especializadas (BRASIL, 2008).

Com isso, essa política demanda que o sistema educacional se organize para prestar serviços a todos os alunos de qualquer classificação de deficiência, desde a educação infantil até os níveis superiores de educação, a transversalidade da educação especial é legitimada pela PNEPEI e considera o AEE como complementar ao ensino regular (Lacerda, 2020).

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) identifica, desenvolve e organiza recursos didáticos acessíveis para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. Ele promove acessibilidade aos espaços, equipamentos, materiais didáticos, sistemas de comunicação e atividades escolares, ofertando esses recursos nas Salas de Recursos Multifuncionais (SRMF). O objetivo é complementar a formação dos alunos, proporcionando-lhes autonomia e independência dentro e fora da escola (Seabra Junior; Lacerda, 2018; Bimbati, 2020).

Dito isto, a Lei 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) pontua que os projetos pedagógicos devem garantir AEE, adaptações para estudantes com deficiência e promover sua autonomia. Deve-se oferecer educação bilíngue em Libras e português escrito, adotar práticas pedagógicas inclusivas na formação de professores, e formar profissionais para o atendimento especializado, incluindo tradutores e intérpretes de Libras e guias intérpretes.

Na Resolução CNE/CP nº 2 de julho de 2015 (BRASIL, 2015b), que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, estabelece que as instituições de ensino superior devam garantir em seus currículos conteúdos específicos de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e educação especial. Já a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), enfatiza em sua meta quatro, estratégia 4.16 a inclusão nos cursos de licenciatura e demais cursos de formação para profissionais da educação, as teorias de aprendizagem e os processos de ensino-aprendizagem relacionados ao atendimento educacional de alunos com deficiência.

Diante disso, entende-se que para incluir alunos com deficiência no ensino regular, se faz necessário medidas eficazes que atendam às suas necessidades básicas de aprendizagem, sendo a colaboração de toda a comunidade escolar essencial para suprir essas necessidades. Assim, a promoção da inclusão e a acessibilidade escolar não dependem apenas dos professores, mas da articulação entre diversos setores e a escola, respaldada por ampla

documentação legislativa que assegura o processo de inclusão (Pinheiro, 2020). É válido ressaltar que, embora a adaptação curricular seja imprescindível para que a educação inclusiva aconteça, é importante que os professores e demais profissionais da escola ligados à aprendizagem destes alunos se empenhem e busquem capacitações para um melhor acompanhamento das relações pedagógicas nas salas de aula regulares (Pereira *et al.*, 2022).

Dessa forma, o aluno da Educação Especial (EE) tem direito ao acesso, à permanência e às aprendizagens no interior das escolas. Nessa perspectiva, as Instituições de Ensino Superior (IES), como lugares de excelência têm o papel de orientar a formação dos profissionais que irão atuar na educação escolar, para alcançar os objetivos de formação de educadores comprometidos com o sistema educacional inclusivo. Faz-se necessário ir além do que determina a legislação em vigor, pois apenas o conhecimento e o respeito à diversidade, à educação inclusiva em uma perspectiva geral não são suficientes para uma formação adequada na área de EE (Pereira; Guimarães, 2019).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa pode ser classificada como descritivo-exploratória. Collis e Hussey (2005, p. 24) definem que a “pesquisa exploratória é realizada sobre um problema ou questão de pesquisa quando há pouco ou nenhum estudo anterior em que se possam buscar informações sobre a questão ou o problema”. Quanto à pesquisa descritiva, estes autores explicam que “Pesquisa descritiva é a pesquisa que descreve o comportamento dos fenômenos. É usada para identificar e obter informações sobre as características de um determinado problema ou questão” (Collis; Hussey, 2005, p. 24).

Quanto à abordagem, os procedimentos serão de natureza qualitativa. De acordo com Deslandes e Minayo (2010 p. 17), “a pesquisa qualitativa responde a questões particulares, pois trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes”.

Quanto aos procedimentos de coleta, foi realizada uma pesquisa documental. De acordo com Martins e Theóphilo (2009, p. 55) a pesquisa documental é “característica dos estudos que utilizam documentos como fonte de dados, informações e evidências”. Para Godoy (1995), os documentos são importantes fontes de dados para os estudos qualitativos. São materiais de natureza diversa que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reexaminados, buscando-se novas interpretações complementares. A pesquisa documental deste estudo parte da análise dos PPCs dos cursos de licenciatura da UFERSA. Com isso, as unidades de análise desse estudo compreendem dez cursos de graduação, sendo

seis cursos de modalidade presencial e quatro cursos da modalidade EAD, conforme descrito no quadro 1, abaixo.

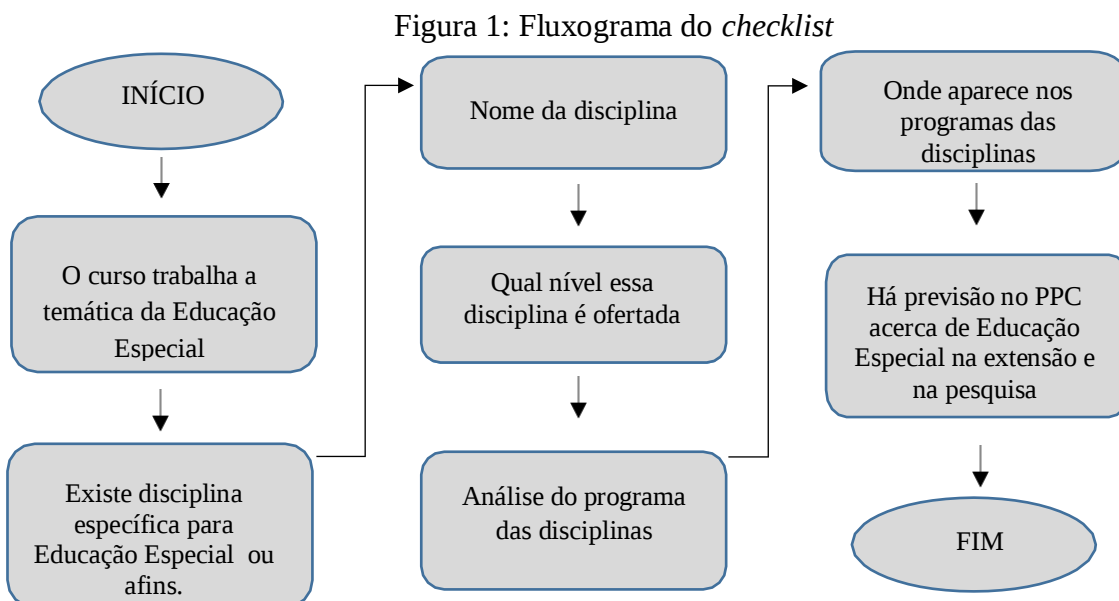
Quadro 1- Descrição dos cursos de licenciatura

Cursos	Modalidade	Campus de Oferta	Início de atuação	Carga horária total	Vagas anuais	Períodos	CPC*	Ano do PPC
Computação e informática	Presencial	Angicos	2010	2865 h	50	8 Semestres	3	2010
Pedagogia	Presencial	Angicos	2017	3435 h	50	10 semestres	4	2016
Letras inglês	Presencial	Caraúbas	2013	3240 h	80	8 semestres	4	2018
Letras Libras	Presencial	Caraúbas	2014	3225 h	40	10 semestres	4	2018
Letras português	Presencial	Caraúbas	2017	3215 h	80	10 semestres	4	2021
Interdisciplinar em Educação no Campo	Presencial	Mossoró	2013	3290 h	120	8 semestres	5	2019
Computação	Educação a Distância	Polos associados UAB	2014	3275 h	300	8 semestres	4	2018
Matemática	Educação a Distância	Polos associados UAB	2011	3335 h	200	8 semestres	3	2018
Química	Educação a Distância	Polos associados UAB	2018	3350 h	35	8 semestres	3	2018
Física	Educação a Distância	Polos associados UAB	2018	3275 h	35	8 semestres	4	2017

Fonte: Site institucional da UFERSA e E-MEC (2024).

O acesso ao referido documento se deu a partir do site institucional da IES, no qual foram localizados todos os PPCs dos cursos analisados. Com isso, para analisar os PPCs, foi utilizado um *checklist*, com a finalidade de verificar: se (i) o curso trabalha a temática, (ii) existência de disciplinas específicas para a Educação Especial ou disciplinas afins, (iii) nome da disciplina, (iv) nível que essa disciplina é ofertada, (v) onde e como aparece a temática no programa das disciplinas, e (vi) previsão no PPC acerca da temática na extensão e na

pesquisa. Os dados coletados dos Projetos Pedagógicos dos Cursos foram retirados de acordo com o *checklist*, conforme expresso na figura 1.



Fonte: Autoria própria (2024).

A técnica de análise foi por meio da análise documental. Segundo Bardin (2004), essa técnica visa apresentar o conteúdo de um documento, de maneira diferente do original, de modo a facilitar a consulta e a armazenagem. Com isso, a partir da análise dos documentos utilizados na pesquisa e do diálogo com a literatura da área, foi apresentada uma leitura crítica que visa contribuir para análise da formação inicial de professores no tocante à Educação Especial.

4 ANÁLISE DOS PPCs DOS CURSOS DE LICENCIATURA DA UFERSA

Com o intuito de analisar os currículos das licenciaturas e verificar se a formação dos professores em relação à educação especial está coerente com as políticas implementadas ao decorrer dos últimos anos, esse estudo optou por analisar a Universidade Federal Rural do Semiárido - UFERSA, selecionando-se os cursos de licenciaturas presencial e à distância, visando conferir a efetivação da disciplina de educação especial nos cursos, sua carga horaria, referências bibliográficas, dentre outros elementos.

A Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) foi criada em 1º de agosto de 2005 pela Lei nº 11.155, a partir da transformação da Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), que havia sido instituída em 1967. A UFERSA, uma autarquia em regime especial, tem como objetivos principais ministrar ensino superior, realizar pesquisas e

promover atividades de extensão universitária. A universidade começou a expandir sua atuação regional em 2008 com a criação do campus em Angicos, seguido pelos campi de Caraúbas e Pau dos Ferros em 2010 e 2011, respectivamente. Além dos cursos presenciais, a UFRSA iniciou atividades de ensino a distância em 2010, oferecendo licenciaturas em Matemática, Computação, Física e Química por meio do Núcleo de Educação à Distância (NEaD) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB). A UFRSA se destaca como um centro significativo de produção e difusão de conhecimento, com a missão de contribuir para a cidadania plena e formar profissionais capazes de atender às necessidades sociais (PPI, 2019).

É importante mencionar que a UFRSA possui desde 2014, a Coordenação Geral de Ação Afirmativa, Diversidade e Inclusão Social (CAADIS), núcleo de acessibilidade da UFRSA, que formalizou o atendimento especializado aos estudantes com deficiência, estabelecendo um protocolo de acompanhamento desde o ingresso até a conclusão do curso. Esse processo envolve a identificação, elaboração e organização de recursos pedagógicos e de acessibilidade para eliminar barreiras à plena participação dos estudantes, considerando suas necessidades específicas. Além disso, a CAADIS auxilia na adaptação de materiais de estudo e avaliações, como ampliação de fontes, transcrição para Braille e adequação para leitura por sintetizadores de voz (PPI, 2019).

Compreende-se que os cursos de graduação são regulamentados pelo PPCs, no qual se trata de um documento norteador de todo e qualquer curso e nele estão contidas todas as informações necessárias para que um curso seja operacionalizado. Assim, o referido documento se propõe a contextualizar e definir as diretrizes pedagógicas para o curso, no qual apresenta os pressupostos teóricos, metodológicos e didático-pedagógicos estruturantes da proposta do curso em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional - PPI. Em todos os elementos estarão explicitados princípios, categorias e conceitos que materializarão o processo de ensino e de aprendizagem destinados a todos os envolvidos nesta práxis pedagógica. Nesse sentido, foi realizada uma análise dos currículos, das ementas e das bibliografias delineadas nos PPCs, a partir do uso dos termos “Educação especial” e “Diversidade e Inclusão”, que permitiu constatar o panorama da educação especial nos cursos estudados, conforme o Quadro 2.

Quadro 2- Disciplinas que abordam a Educação Especial

Curso	Nome da disciplina	Nível de oferta	Caráter	Onde aparece
MODALIDADE: Presencial				
Computação e informática	Educação Especial e Inclusão	4	Obrigatório	Ementa, bibliográfica básica e complementar.

	Libras	8	Obrigatório	-
Pedagogia	Educação Especial e Inclusiva	4	Obrigatório	Ementa, bibliográfica básica e complementar.
	Organização, Estrutura e Funcionamento da Educação	4	Obrigatório	Ementa
	Práticas pedagógicas integrativas III	4	Obrigatório	Bibliografia básica.
	Libras	4	Obrigatório	-
	Corporeidade, Ludicidade e Educação	7	Obrigatório	Bibliografia complementar.
	Estágio Supervisionado II: Ensino Fundamental I	6	Obrigatório	Bibliografia complementar.
Letras inglês	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	1	Obrigatório	-
	Prática Pedagógica Programada III	4	Obrigatório	Bibliografia básica e complementar.
	Estágio Supervisionado em Língua Inglesa I	5	Obrigatório	Bibliografia complementar.
	Educação Especial e Inclusão	-	Optativo	Ementa, bibliográfica básica e complementar.
	Atendimento educacional em ambiente hospitalar	-	Optativo	Bibliografia complementar.
Letras Libras	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	1	Obrigatório	-
	Prática Pedagógica Programada III	4	Obrigatório	Bibliográfica básica e complementar.
	Atendimento educacional em ambiente hospitalar	-	Optativo	Bibliografia complementar.
Letras português	Introdução à Língua Brasileira de Sinais	1	Obrigatório	-
	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa I	5	Obrigatório	Bibliografia complementar.
	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa II	6	Obrigatório	Bibliografia básica.
	Estágio Supervisionado em Língua Portuguesa III	7	Obrigatório	Ementa.
	Educação Especial e Inclusão	-	Optativo	Ementa, bibliográfica básica e complementar.
	Atendimento educacional em ambiente hospitalar	-	Optativo	Bibliografia complementar.
Interdisciplinar em Educação no Campo	Educação Inclusiva	1	Obrigatório	Bibliografia básica.
	Libras	3	Obrigatório	-
Curso	Nome da disciplina	Nível de oferta	Caráter	Onde aparece
MODALIDADE: Educação a Distância				
Computação	Computação, Ambiente e Educação	6	Obrigatório	Ementa.
	Educação Especial e Diversidade na Perspectiva inclusiva	7	Obrigatório	Ementa e bibliografia complementar.
	Libras – Teoria e Prática	8	Obrigatório	-
Matemática	Educação Especial e Diversidade na Perspectiva inclusiva	7	Obrigatório	Ementa, dimensão prática e bibliografia básica.
	Libras – Teoria e Prática	8	Obrigatório	-
Química	Educação Especial e Diversidade na Perspectiva inclusiva	7	Obrigatório	Ementa e bibliografia básica.

	Libras – Teoria e Prática	8	Obrigatório	-
Física	Educação Especial e Diversidade na Perspectiva inclusiva	7	Obrigatório	Ementa e bibliografia básica.
	Libras – Teoria e Prática	8	Obrigatório	-

Fonte: Extraído dos PPCs (2024).

Nota-se que em todos os cursos analisados contemplam disciplinas com temática relacionada à EE, identificadas a partir da ementa e bibliografias. Assim, de forma específica, a disciplina de Educação Especial é componente curricular obrigatório nos cursos presenciais de licenciatura em computação e informática, pedagogia e interdisciplinar em educação do campo e componente optativo para as licenciaturas em Letras Português e Letras Inglês. Em todos os cursos de licenciatura EAD (Computação, Matemática, Química e Física) a disciplina de EE é obrigatório aos cursistas.

É importante considerar também que foram identificadas disciplinas afins, ou seja, aquelas em que a temática da EE é trabalhada de forma interdisciplinar dentro do seu plano de ensino, nos seguintes componentes: Organização, Estrutura e Funcionamento da Educação; Corporeidade, Ludicidade e Educação; Computação, Ambiente e Educação; Atendimento educacional em ambiente hospitalar; Prática Pedagógica, Estágio Supervisionado e Libras.

No que concerne as disciplinas de Estágio Supervisionado todos os cursos mencionam que visa contemplar o cumprimento da Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, que diz:

O estágio é um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da **educação especial** e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos (BRASIL, 2008).

Outra disciplina que segue os parâmetros curriculares é o de Introdução à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), presente em todos os cursos analisados, já que é um componente obrigatório para todos os cursos de licenciatura, conforme determina o Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que reza:

Art. 3º A LIBRAS deve ser inserida como disciplina curricular obrigatória nos cursos de formação de professores para o exercício do magistério, em nível médio e superior, e nos cursos de Fonoaudiologia, de instituições de ensino, públicas e privadas, do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 1º Todos os cursos de licenciatura, nas diferentes áreas do conhecimento, o curso normal de nível médio, o curso normal superior, o curso de Pedagogia e o curso de Educação Especial são considerados cursos de formação de professores e profissionais da educação para o exercício do magistério.

§ 2º A LIBRAS constituir-se-á em disciplina curricular optativa nos demais cursos de educação superior e na educação profissional, a partir de um ano da publicação deste Decreto.

Diante disso, deve-se destacar a importância da flexibilidade curricular nas diretrizes educacionais atuais, permitindo que os estudantes personalizem seus currículos de acordo com suas necessidades e interesses, e que as atualizações sejam feitas rapidamente para refletir novas tendências teóricas. Além disso, o projeto pedagógico dos cursos deve alinhar-se às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), integrando teoria e prática por meio da interdisciplinaridade e flexibilidade, orientando e conduzindo o desenvolvimento presente e futuro dos cursos. Nesse contexto, a organização curricular no ensino superior deve ir além da simples inscrição em disciplinas, assegurando ao estudante uma formação fundamentada em princípios formativos específicos, como interdisciplinaridade, contextualização, flexibilidade, integração entre teoria e prática, democratização e a articulação entre ensino, pesquisa e extensão (PPI, 2019).

No que se refere à pesquisa e extensão, em nenhum dos cursos analisados foram identificados projetos, programas ou ações relacionadas à Educação Especial, além de não sugerir que tal temática é um elo que deveria ser contemplado nos referidos segmentos. Para tanto, a saber, se os cursos abordam efetivamente a temática nos eixos da pesquisa e extensão, se faz necessário um estudo futuro, que contemple as pessoas envolvidas nesses elos, indo além do que está posto nos projetos pedagógicos.

Ainda assim, é importante considerar que, de acordo com o PPI da UFERSA, implantar as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso, deve-se priorizar a interdisciplinaridade, mencionando ainda que o processo de formação deve integrar ensino, pesquisa e extensão para garantir que o ensino seja continuamente aprimorado e inovado, evitando a estagnação. A pesquisa sustenta e redefine o ensino, enquanto a extensão amplia conhecimentos através do diálogo e da transformação consciente da realidade. Durante a formação, os licenciandos terão oportunidades de participar de projetos de pesquisa e extensão que promovam essa transformação social (PPI, 2019).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa teve como objetivo descrever como os cursos de licenciatura da

UFERSA têm se organizado quanto à oferta de disciplinas e temáticas relacionadas à educação especial em sua estrutura curricular a partir da análise dos PPCs. Entende-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado, na medida em que foi possível identificar que a EE está presente em todos os cursos de licenciatura da IES, tanto em caráter obrigatório como optativo e ainda, em disciplinas afins, evidenciando ainda que não há indicativos de projetos de pesquisa e/ou extensão que contemplem a temática.

Assim, este estudo torna-se relevante por apontar que os cursos de licenciatura da UFERSA possuem um processo formativo de futuros professores orientado na perspectiva da educação especial, indo de encontro ao que é proposto nas diretrizes curriculares e na PNEEPEI, para que sejam profissionais capacitados para a atuação na EE em todos os segmentos educacionais.

Além disso, sugere-se como estudos futuros a realização de uma pesquisa aplicada nos cursos analisados, de modo a evidenciar com maior precisão se a temática é efetivamente abordada nos elos da pesquisa e extensão, assim como incluir a comunidade acadêmica, tais como professores, coordenadores e alunos, a fim de verificar o quão importante são discutir essa temática, as limitações e contribuições que a EE terá para a formação profissional e acadêmica dos atores envolvidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIMBATI, A. P. O que é (e não é) o AEE? **Revista Nova Escola**. 2020. Disponível em: <http://novaescola.org.br/conteudo/19688/o-que-e-e-naoe-o-aee>

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.culturabrasil.pro.br/zip/constituicao.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP: Brasília, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm Acesso em: 10 jun. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 13, de 24 de abril de 2007**. Institui a implantação das salas de recursos multifuncionais nas escolas públicas de ensino regular. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 abr. 2007. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2012-pdf/9935-portaria-13-24-abril-2007>. Acesso em: 17 jul. 2024.

BRASIL. **Lei Federal 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação-PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 25. Jun. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 14 jul. 2024.

BRASIL. **Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, e a Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF, 25 set. 2008. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto n.º 5.626, de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei n.º 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n.º 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Presidência da República. Brasília, DF, 22 dez. 2005. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 13 ago. 2024.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015.** Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 2 jul. 2015b.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 2, 7 jul. 2015.

LACERDA, L. Política Nacional de Educação Especial de 2008 e 2020. **Revista Luna ABA Intervenção e Pesquisa em Educação e Comportamento.** 2020. Disponível em: https://multimidia.gazetadopovo.com.br/media/docs/1607097473_compar_acaopnees.pdf

MATOS, Abraão Danziger. Educação especial em pauta: além das práticas para uma escola mais diversa e inclusiva. **Práticas inclusivas na educação básica**, p. 26, 2022.

OLIVEIRA, M.A.M.; AMARAL, C.T. **O aluno especial na escola regular: inclusão ou exclusão?** In: Reunião anual da ANPED, 27, Caxambu, 2004.

PEREIRA, Aline Antunes; NOGUEIRA, Vânia Cristina; MENDES, Julita de Castro Meira; ANDREUZZA, Ana Cristina Santezzi Bertotelli; FERRAZ, Erica de Souza; SILVA, Nilza Veloso da; FUZINELLI, Jhenifer Prescilla Dias; CAMPOS, Luciana Soares Alves de. **EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: desafios e**

possibilidades. **Revista Contemporânea**, v. 2, n. 4, p. 291-313, 9 ago. 2022. South Florida Publishing LLC. <http://dx.doi.org/10.56083/rcv2n4-017>.

PEREIRA, Cláudia Alves Rabelo; GUIMARÃES, Selva. A Educação Especial na Formação de Professores: um estudo sobre cursos de licenciatura em pedagogia. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 4, p. 571-586, dez. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-65382519000400003>.

PINHEIRO, Joice Fernanda. A educação especial na perspectiva inclusiva: desafios contemporâneos dos profissionais da educação e das políticas educacionais de acesso ao ensino. **INTERFACES DA EDUCAÇÃO**, v. 11, n. 31, p. 625–649, 2020. DOI: 10.26514/inter.v11i31.4517. Disponível em: <https://periodicosonline.uems.br/index.php/interfaces/article/view/4517>. Acesso em: 19 jul. 2024.

RABELO, Bruna Pragana Valadares; VASCONCELOS, Bianca Maria. Educação inclusiva: estudo nas escolas de referência em ensino médio de Pernambuco. **REIN-REVISTA EDUCAÇÃO INCLUSIVA**, v. 4, n. 1, p. 148-162, 2020.

ROLDI, Ana Paula Dias Pazzaglini; PEREIRA NETO, Erica; GUIMARÃES, Décio Nascimento. FORMAÇÃO DOCENTE EM PERSPECTIVA INCLUSIVA. **Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial**, v. 10, n. 2, p. 173-188, 24 nov. 2023. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2358-8845.2023.v10n2.p173-188>.

SEABRA JUNIOR, M. O.; LACERDA, L. C. Z. Atendimento Educacional Especializado: planejamento e uso do recurso pedagógico. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, e230016, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/NFhMmqS9SkJV7CN6vkMfNFJ/abstract/?lang=pt-A>

SILVA, Claudia Lopes; GARCEZ, Liliane. Educação inclusiva. **A escola**, v. 3, 2019.

UNESCO. **United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization**. The Salamanca Statement and Framework for Action Special Needs Education. Salamanca, 1994. Aqui está a referência conforme a norma ABNT:

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico Institucional 2019**. Mossoró: UFERSA, 2019. Disponível em: <<https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2019/08/PPI-2019-UFERSA.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação e Informática - Angicos**. Angicos: UFERSA, 2010. Disponível em: <https://coinfangicos.ufersa.edu.br/wp->

content/uploads/sites/71/2014/09/PPC-Licenciatura-em-Computa%C3%A7%C3%A3o-e-Informatica-Angicos-2010.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia - Angicos**. Angicos: UFERSA, 2016. Disponível em: https://pedagogiaangicos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/131/2018/06/PPC_Licenciatura-em-Pedagogia_Angicos.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Inglês - Caraúbas**. Caraúbas: UFERSA, 2018. Disponível em: https://leingcaraubas.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/77/2018/08/PPC-Letras-Ingl%C3%AAs_2018.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Libras - Caraúbas**. Caraúbas: UFERSA, 2018. Disponível em: <https://lelibcaraubas.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/76/2019/07/MEC-PPC-atual-2018-aprovado.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras Português - Caraúbas**. Caraúbas: UFERSA, 2021. Disponível em: <https://letrasportuguescaraubas.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/122/2021/06/PPC-2021-Letras-Portugues.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo - Mossoró**. Mossoró: UFERSA, 2019. Disponível em: <https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2019/10/ANEXO-DECISAO-59.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Computação a Distância - Mossoró**. Mossoró: UFERSA, 2018. Disponível em: <https://ead.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/116/2019/07/PPC2018.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Matemática a Distância - Mossoró**. Mossoró: UFERSA, 2018. Disponível em: https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2018/07/DECISAO_CONSEPE_053_2018-anexo.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura Química a Distância - Mossoró**. Mossoró: UFERSA, 2018. Disponível em: https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2018/07/DECISAO_CONSEPE_053_2018-anexo.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

content/uploads/sites/79/2018/07/DECISAO_CONSEPE_047_2018-anexo.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO (UFERSA). **Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Física a Distância - Mossoró**. Mossoró: UFERSA, 2017. Disponível em: https://ead.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/116/2018/04/PPC-FISICA_Vers%C3%A3oAprovadaConsepe.pdf. Acesso em: 13 ago. 2024.

VIANA, Márcia Lazzari; TEIXEIRA, Maria do Rocio Fontoura. SALA DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADA (AEE): o uso da tecnologia assistiva no processo de inclusão dos alunos nas atividades de ensino-aprendizagem. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 12, n. 1, p. 72, 20 abr. 2019. Brazilian Journal of Education, Technology and Society (BRAJETS). <http://dx.doi.org/10.14571/brajets.v12.n1.72-79>.